

A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA PARA OS ALUNOS DA UEMASUL

Maria Gabriele de Almeida Duarte

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo debater e abordar a realidade socioeconômica de alunos e alunas de graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, dentro do contexto brasileiro e das dificuldades para se manter na universidade pública, mostrando a importância da política de permanência estudantil no ambiente acadêmico, trazendo dessa forma uma reflexão sobre a importância da política de permanência estudantil e seus impactos positivos. Nesse contexto, a manutenção dessa política é mais que uma ajuda, sendo uma esperança na vida de jovens e adultos baixa renda, pertencentes à realidades diversas e provenientes de lugares mais remotos a ter acesso à educação acadêmica, objetivando ascender socialmente. Assim, foi realizada uma pesquisa qualitativa na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, analisando dados fornecidos pela instituição sobre os bolsistas do Programa Bolsa Permanência, que tratasse de uma política estudantil que visa auxiliar os acadêmicos, esses que devem prestar 12 horas semanais de serviços, atrapalhando os acadêmicos em seus estudos o que em tese não deveria acontecer e ajudar no custeio de gastos, uma vez que esses bolsistas encontram-se desempregados, e sem nenhum vínculo empregatício e também de famílias baixa renda. Considerando as dificuldades em frequentar e se manter não somente no curso, mas em sobreviver na cidade de estudo, levando em conta o perfil desses acadêmicos, em geral provenientes de cidades vizinhas ou da zona rural.

Palavras-chave: Política Estudantil, Desigualdade Social, Bolsa Permanência.

ABSTRACT

This paper aims to discuss and address the socioeconomic reality of undergraduate students at the State University of the Tocantina Region of Maranhão - UEMASUL, within the Brazilian context and the challenges of staying in a public university. It demonstrates the importance of student retention policies in the academic environment, thereby offering a reflection on the significance of these policies and their positive impacts. In this context, the maintenance of such policies is more than just assistance; it represents hope in the lives of low-income young and adult students from diverse backgrounds and remote areas, enabling them to access academic education with the aim of social mobility. A qualitative research was conducted at the State University of the Tocantina Region of Maranhão, analyzing data provided by the institution regarding the recipients of the Permanent Scholarship Program. This program is a student policy designed to support students who are required to provide 12 hours of weekly services, which can hinder their academic pursuits, something that ideally should not occur, and to help cover their expenses since these scholarship recipients are unemployed and have no employment ties, often coming from low-income families. Considering the challenges of not only

attending and staying in their courses but also surviving in the city where they study, taking into account the profile of these students, who are typically from neighboring cities or rural areas.

Keywords: Student Policy, Social Inequality, Permanent Scholarship

INTRODUÇÃO

Na História do Brasil, a educação superior é algo recente, comparado até mesmo com países vizinhos da América Latina. Os invasores portugueses tiveram resistência em trazer esse grau de formação para a colônia, uma vez que os filhos da elite eram mandados para a Europa para concluir seus estudos por lá. Prática que levou a universidade pública brasileira fosse um advento do século XX. (CUNHA, 2000 apud FILIPARK; PACHECO, 2017, P.1243.)

Algo do passado ainda se faz presente, assim como somente os filhos de pessoas da elite tinham um acesso diferenciado na educação, atualmente acontece o mesmo mas em solos brasileiros, pessoas de baixa renda continuam a não ocupar esse lugar de educação, pelo menos não por muito tempo. As dificuldades dessas pessoas em permanecer na graduação são grandes, para muitos o curso não é totalmente gratuito uma vez que há gastos com comida, material ou até mesmo aluguel, já que a população rural tem esse obstáculo a mais.

Segundo o MEC (1997), à época, a Comissão identificou três formas de evasão: a de curso, a de instituição e a do sistema. Na evasão do curso, o estudante abandona sem terminá-lo, a evasão de instituição trata-se de um abandono onde o mesmo se desliga da instituição de onde está vinculado e a evasão de sistema onde o aluno sai totalmente sem as menores formalidades.

A evasão sendo fruto da desigualdade, e da falha da democratização da educação, políticas públicas são essenciais para auxiliar estudantes pobres que são marginalizados a permanecer até o final do curso. De acordo com a reportagem de Fajardo e Velasco (2018), publicada no site G1, um estudo conduzido pelo INEP, entre 2010 e 2015, revelou que menos de 56% dos alunos que iniciaram uma faculdade em 2010 não se formaram com os colegas de graduação do curso no qual se matricularam.

Com o decreto Federal Nº 7.234 de julho de 2010, que veio com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública

federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão. E considerando tal decreto, a Universidade estadual da região da Tocantina criou políticas públicas como bolsa e auxílio para manter alunos de outras cidades ou que estejam em condições precárias.

A universidade oferece uma bolsa permanência de 775 reais para alunos de outras cidades se manterem até o final da graduação em troca de 12 horas semanais. Esse ciclo é renovado uma vez por ano, levando em conta também a renda da família. Os alunos precisam de um professor orientador onde esse irá ser encarregado de acompanhar o trabalho do bolsista no setor solicitado, assim em tese não atrapalha o estudante em sua vida acadêmica, possibilitando maior oportunidade de estudar, como também ganha uma renda extra para sobreviver, uma vez que o programa não permite que tenha vínculo empregatício. A bolsa também permite acumular com outras bolsas como iniciação científica e à docência, tendo a regra de não passar de um salário mínimo e meio.

Devido a sociedade ser desigual e heterogênea em um País tão grande de tamanho continental como o Brasil, é imprescindível que a política educacional tenha não só o papel de democratizar o ensino, mas como também formar cidadãos mais do que competidores em um sistema globalizado. E a redistribuição dos benefícios sociais busca diminuir o máximo possível problemas de raízes estruturais (HÖFLING, 2001). Levando isso em consideração, o programa oferece uma quantia maior para alunos indígenas e quilombolas, a bolsa de 775 reais acaba sendo 1555 reais mensais, levando em consideração o seu histórico de vulnerabilidade e o pouco acesso que essas populações têm ao ensino superior.

Fora o bolsa permanência voltado para estudantes que não são da cidade, a universidade oferece também auxílios, sendo assim mais uma política pública importante para manter baixos os números de evasão dos menos desfavorecidos matriculados em cursos presenciais de graduação da UEMASUL que comprovadamente a situação de vulnerabilidade socioeconômica, auxílio moradia, auxílio transporte e auxílio creche, essa ajuda direta facilita a vida do acadêmico, diminuindo a desigualdade em um universo tão elitista.

A importância de políticas de distribuição de renda, em contexto de educação, não é um gasto, mas um investimento, uma vez que essa democratização do ensino superior é voltada para permanecer e não apenas pelas gratuidades da universidade

pública. Esse trabalho busca entender o impacto que políticas como essas têm sobre a vida dos estudantes, dentro do recorte da universidade da região Tocantina do Maranhão.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Com a mudança da sociedade, surgiu a necessidade de uma instituição para controlar e organizar recursos públicos. O Estado surgiu fazendo esse papel. Na concepção de Marx, a sociedade vive uma luta de classes antagônicas, onde os trabalhadores são uma classe oprimida e explorada pelos burgueses, donos dos meios de produção, e o Estado beneficia sempre a burguesia. O Estado, não sendo neutro, acaba resultando em problemas estruturais. Nessa visão, o Estado nasce primeiramente para reger uma sociedade e agir como se fosse imparcial para resolver conflitos em geral (LEFEBVR, 1963).

Segundo Faleiros (1991), a própria dinâmica de lutas de classe, juntamente com pressões dos movimentos sindicais, acaba resultando em uma pressão que obriga o Estado a propor políticas para diminuir os conflitos. A classe dominante, por meio do Estado, cria políticas de apaziguamento para se beneficiar, sendo políticas sociais para amenizar, mas nunca para ocasionar mudanças radicais na estrutura. Essas políticas surgem como uma forma dos oprimidos não unir forças contra o Estado e a classe dominante, seja com negociações, promessas e ilusões, enganando a classe oprimida. As políticas públicas surgem em momentos conflituosos, onde há pressões da sociedade. As políticas de assistência social que hoje existem, tanto no campo da saúde como da educação, são resultado de lutas históricas, que envolvem processos longos entre as classes sociais e o Estado. Boneti (2006) ratifica:

"[...] é possível compreender como política pública as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil." (BONETI, 2006, p. 74).

Boneti (2006) acredita que até hoje a política interna seja tomada de forma comprovada cientificamente, por dados científicos e técnicos, que se sobrepõem e nem sempre se harmonizam com a realidade da sociedade. Adotar políticas públicas de caráter universalista, tratando uma sociedade totalmente desigual como um povo totalmente heterogêneo, é preciso conhecer as diversidades e diferenças dos grupos excluídos para uma melhor implantação de políticas de inclusão. Entretanto, apesar de que o embasamento com dados seja o princípio geral, outros fatores foram adicionados, como por exemplo relações políticas, momentos históricos e também interesses de classes.

A desigualdade dentro do Brasil se estende até mesmo à área da educação, e a educação brasileira tende a ser desconectada das necessidades dos grupos excluídos, como negros, indígenas, quilombolas, entre outros. Como é responsabilidade do Estado a educação, o PNAES surge como uma assistência estudantil para alunos vulneráveis socioeconomicamente, a fim de manter esses alunos com qualidade e diplomação.

O programa estabelece e compreende como ações de assistência estudantil, iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche e IX - apoio pedagógico. Em termos de conquista legal, o PNAES representou um marco histórico muito importante na área da assistência estudantil, para diminuir a evasão e garantir a permanência dos alunos no ensino superior.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como objetivo debater acerca da importância de políticas públicas, no contexto da educação brasileira, em específico as voltadas para os estudantes do Ensino Superior. O presente trabalho visa tratar exclusivamente das políticas de permanência nas universidades, estas que ocorrem pela oferta de bolsas, pagas em quantias de dinheiro mensalmente. Nesse contexto, trataremos aqui especificamente da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, UEMASUL, instituição fundada em 2016 sob o então governo de Flávio Dino. A Universidade possui uma política de permanência desde antes da sua fundação, quando ainda era UEMA, mas passou por melhorias e ainda hoje muitos alunos e alunas de todos os cursos são contemplados com bolsas, como a Bolsa

Permanência e 4 auxílios (moradia, alimentação, transporte e auxílio creche). Qualquer aluno pode ser contemplado com o programa, desde que corresponda aos critérios estabelecidos nos editais - dentre esses destacam-se a) ser aluno proveniente do Ensino Público, tendo cursado todo o ensino básico na rede pública (alunos que cursaram o ensino básico na rede particular e eram bolsistas podem ser contemplados com a Bolsa Permanência); b) alunos de baixa renda e provenientes de outras cidades. Com isso, a presente pesquisa tem caráter de discussão quantitativa.

De uma forma geral, tal como a pesquisa experimental, os estudos de campo quantitativos guiam-se por um modelo de pesquisa onde o pesquisador parte de quadros conceituais de referência tão bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre os fenômenos e situações que quer estudar. Uma lista de consequências é então deduzida das hipóteses. A coleta de dados enfatizará números (ou informações conversíveis em números) que permitam verificar a ocorrência ou não das consequências, e daí então a aceitação (ainda que provisória) ou não das hipóteses. Os dados são analisados com apoio da Estatística (inclusive multivariada) ou outras técnicas matemáticas. Também, os tradicionais levantamentos de dados são o exemplo clássico do estudo de campo quantitativo (POPPER, 1972). (DALFOVO, LANA, SILVEIRA, 2008, P. 01-13).

Sendo assim, visando apresentar e comparar dados, formulando problematizações a partir da discussão desses dados. A partir da coleta de dados da própria instituição, foi possível tratar das muitas realidades na UEMASUL, levantar informações e fatos, como o perfil das pessoas que são contempladas, quem em sua maioria é, esses têm alguma segurança vivendo em Imperatriz e necessitando da Bolsa Permanência? Todos esses questionamentos serão respondidos em outro momento, numa discussão teórica mais profunda. Também o presente trabalho vale-se de debates teóricos de muitas áreas, sendo uma pesquisa interdisciplinar, levando em consideração a abordagem científica em muitos artigos acadêmicos que tratem do mesmo tema.

O PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UEMASUL: DADOS E DISCUSSÃO

O Programa é destinado a discentes da UEMASUL em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que residam em outro município ou na zona rural

do município onde fazem o curso superior. O Programa Bolsa Permanência tem por objetivos:

- a) Viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial aos indígenas e quilombolas;
- b) Reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;
- c) Promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho.

O programa reconhece a necessidade de incluir cada vez mais os povos indígenas e quilombolas, uma vez que em um país tão desigual essas sociedades não têm ocupado tantos lugares em universidades. Sendo assim, ganham uma bolsa com uma quantia maior de dinheiro, 1.555 reais mensais. Serão ofertadas 210 (duzentas e dez) Bolsas Permanência, sendo 189 (cento e oitenta e nove) universais (não cotistas) e 21 (vinte e um) para indígenas e quilombolas. Quando não há estudantes que ocupem as vagas de indígenas e quilombolas, as bolsas são transformadas em bolsas para a ampla gama de bolsistas não indígenas e quilombolas. Os estudantes de cidades distantes e de baixa renda podem se inscrever no programa por períodos sucessivos, desde que estejam dentro das normas e exigências estabelecidas no edital do programa. Um dos critérios para receber a quantia mensal é o número de horas de trabalho em algum setor dentro da própria universidade, devendo ser 12 horas semanais.

A carga horária cumprida deve ocorrer em horário em contraturno com a estrutura curricular do curso ao qual estiver vinculado. O estudante trabalha sob supervisão de um professor orientador que acompanha o seu progresso durante todo o período, para verificar se suas atividades estão sendo cumpridas, com uma frequência assinada a cada mês antes do pagamento. Para o bolsista renovar, é necessário ter aprovação em pelo menos 70% (setenta por cento) das disciplinas cursadas nos dois semestres anteriores, não apresentar reprovação por falta nas disciplinas cursadas no semestre anterior e apresentar comprovante de matrícula e histórico acadêmico atualizado.

Os alunos não podem ter vínculo empregatício para participar do programa. Os bolsistas devem fazer relatórios ao longo do processo, um parcial e outro final. Isso é uma forma de acompanhá-los para verificar se estão se desenvolvendo bem ou se essa rotina está atrapalhando a vida acadêmica. A importância dessa política

pública é que permite que alunos de baixa renda da zona rural e de outros municípios e até estados tenham acesso à educação superior, proporcionando assim uma fonte de renda para se manterem na cidade onde o campus está localizado.

O programa de bolsa permanência da UEMASUL foi instituído pela portaria nº 389/MEC, de 09 de maio de 2013, possui caráter social e visa a proporcionar auxílio financeiro aos acadêmicos. O programa rege-se pelo disposto no Decreto nº 7.234, de julho de 2010, Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013, e por meio destas normas de funcionamento, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis. Os bolsistas estão distribuídos pelos três campi da UEMASUL, campus de Imperatriz, Estreito e Açailândia, sendo o total de bolsistas em cada campus são:

CAMPUS	QUANTIDADE
Açailândia	40
Caminhos do Sertão	3
Estreito	18
Imperatriz	139

Tendo a maior quantidade de bolsistas no campus de Imperatriz, a segunda maior cidade do Estado do Maranhão, onde centenas de estudantes vêm não apenas de cidades vizinhas, mas também de outros estados. Em segundo lugar na tabela está o município de Açailândia, que fica cerca de 68,0 km de Imperatriz, com cursos na área da educação, como pedagogia, letras (licenciatura em Português e literatura em língua portuguesa), além de bacharelado em administração, direito, engenharia civil e tecnologia de gestão ambiental. O terceiro campus da UEMASUL com mais bolsistas do programa Bolsa Permanência é a cidade de Estreito. E em último lugar, com menos bolsistas, estão os acadêmicos que estão no projeto Caminhos do Sertão, que também têm o direito de participar do Bolsa Permanência. O Caminho do Sertão é a possibilidade de democratizar a educação superior, levando cursos superiores para cidades do interior em 22 municípios.

CURSO	QUANTIDADE
Administração	9
Ciência Biológicas	22
Ciências Naturais	1
Direito	2
Engenharia Agrônômica	37
Engenharia Civil	20
Engenharia Florestal	22
Física	2
Geografia	11
História	7
Letras Inglês	5
Letras Inglês/Português	3
Letras Língua Portuguesa	19
Matemática	7
Medicina	5
Medicina Veterinária	20
Pedagogia	13
Química	5

No centro de Imperatriz, o curso com mais estudantes que fazem parte do Bolsa Permanência são os acadêmicos de Engenharia Agrônômica, com um total de 37 bolsistas. Em segundo lugar, com mais bolsistas, estão os cursos de Engenharia

Florestal e Ciências Biológicas, empatados com 22 alunos fazendo parte. É interessante notar que os alunos da área de licenciatura, somados todos os cursos, ultrapassam todos os outros cursos.

Todos esses acadêmicos têm como grande parte no auto sustento da bolsa para sobreviver em outra cidade. Em especial, os alunos da zona rural veem a universidade como uma forma de ascensão social. A universidade, portanto, aparece para os jovens como instituição que possibilita a formação e a ampliação das oportunidades de futuro, no mercado de trabalho, sendo também como universo que propiciou uma ampliação da visão de mundo que lhes permite repensar a relação com o seu meio de origem.

Os alunos da zona rural, assim como os da zona urbana de municípios pequenos ou estudantes de outros estados, encaram uma realidade triste que o jovem de classe baixa passa para se formar em um país tão desigual e com pouco incentivo à educação: trabalhar e estudar ao mesmo tempo. As 12 horas semanais do projeto Bolsa Permanência acabam prejudicando o aluno se ele se envolver em outros projetos acadêmicos como PIBIC, iniciação científica, que é prescindível para dar início na área de pesquisa, caso queira ter uma carreira acadêmica. Por requerer tantas horas, quase como o permanência, torna-se quase impossível equilibrar, se somado com as matérias obrigatórias de cada período do curso. Lembrando que o PIBIC, segundo Da Cruz (2020, p.13):

“[...] é um programa que atende instituições de Ensino e/ou Pesquisa públicas e privadas, cujas cotas de Iniciação Científica são concedidas diretamente às Instituições por meio de Chamada Pública de propostas. De acordo com Brasil/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2006), a seleção dos projetos é feita pelas instituições, tem por órgão de fomento o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), órgão responsável pelo apoio ao desenvolvimento tecnológico e científico no país e pela formulação de políticas nacionais de ciências e tecnologia (MOURA, D. D. N.; CECCHETTI, E.; BERNARDI, L. T. M. S. 2020).

Vale lembrar da importância de um professor pesquisador, e o universitário inserido desde cedo na pesquisa científica vai estar mais abrindo portas para além dos conhecimentos da grade curricular, e estando mais perto da oportunidade de fazer um mestrado. Então o tempo escasso pode afetar diretamente esse estudante, uma vez que não pode se dedicar exclusivamente para o seu currículo, uma vez que trabalha para receber uma ajuda mensal. Sequeira (2011) diz que é inegável que o

estudante acaba sendo atrapalhado pelo trabalho da mesma maneira que o trabalho acaba sendo prejudicado pela vida acadêmica do aluno.

O acadêmico que vive de bolsa ou depende em grande parte dela, além de estar sujeito a horas semanais para garantir os 700 reais, muitas vezes não é o suficiente para garantir que o dinheiro caia na conta em dias. Bolsistas têm que lidar com frequentes atrasos de uma quantia essencial para atender às suas necessidades mais básicas.

1.2 Auxílios presentes hoje na UEMASUL

A Universidade Estadual do Maranhão, reconhecendo a desigualdade social em seu país, oferece auxílio de transporte, alimentação, refeição, creche e moradia. Com a premissa de diminuir a evasão acadêmica entre estudantes com poucos recursos financeiros, algumas exigências devem ser atendidas para conseguir os auxílios, além é claro da precisão, como ter sido estudante de escola pública. A necessidade de um auxílio alimentação e refeição se tornou clara, uma vez que parte dos acadêmicos passam o dia na universidade ou até mesmo moram só porque vêm de outras cidades, o que acaba ajudando na compra de mantimentos e assim prevenindo uma insegurança alimentar. Uma população só tem segurança alimentar quando tem acesso a comida de qualidade e em quantidade satisfatória. No Brasil, têm sido realizadas políticas públicas na tentativa de melhorar a situação de grupos mais vulneráveis, tendo lei como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentação e Nutricional (Brasil, 2019). Nesse cenário, a ajuda que a universidade disponibiliza aos estudantes em risco de insegurança alimentar já é de extrema importância.

Os auxílios são acumulativos, sendo assim, um aluno pode receber um auxílio alimentação e também uma bolsa de pesquisa, ou até mesmo com outro auxílio, um aluno da UEMASUL pode acumular até um salário mínimo e meio. Não há uma quantidade de vezes que se pode fazer parte do programa, exceto o auxílio creche, onde os responsáveis podem receber a ajuda somente até a criança ter 6 anos de idade. Tanto o auxílio creche como o moradia têm que ser mandados comprovantes. Assim, é uma maneira da universidade ter noção dos gastos e também de saber dos resultados dos benefícios.

Percebe-se, portanto, o quão fundamental é considerar as particularidades de uma mãe acadêmica nos editais, bem como viabilizar equipamentos de assistência, como a bolsa de assistência creche ou a própria creche universitária, para as estudantes que vivenciam a maternidade no contexto da sua educação. A falta desses instrumentos pode ser determinante na permanência e qualidade da trajetória acadêmica das alunas que precisam. (NUNES; SILVA, 2020, p. 54).

O auxílio creche é uma forma de garantir que as mulheres estejam ocupando lugares renegados a elas por séculos, já que as mulheres acabam assumindo uma dupla jornada de cuidar e, ao mesmo tempo, de estudar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo foi articulado com a proposta de apresentar os impactos que as políticas públicas dentro da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão causam. Fazendo uma exposição de como funciona o programa Bolsa Permanência e demais auxílios, mostrando o lado positivo de investir em políticas sociais de distribuição de renda dentro da área da educação, assim reduzindo a universidade pública como um ambiente elitizado onde uma grande parcela da sociedade não tem esse privilégio. Além da exposição, um levantamento crítico sobre o Bolsa Permanência no que pode ser melhorado.

A universidade oferecendo cerca de 775 reais para alunos de outras cidades e estados se manterem na mesma cidade do campus da universidade em troca de 12 horas semanais de trabalho acaba prejudicando a vida acadêmica do aluno, uma vez que o mesmo acaba não tendo tempo para demais oportunidades como bolsa de extensão, ou até mesmo a iniciação científica, projetos que demandam uma carga horária que torna insustentável para o bolsista do Bolsa Permanência administrar, levando em consideração as matérias também obrigatórias de cada período.

No trabalho de conclusão de curso da aluna Vitória Nascimento Da Cruz, com o título “A importância do PIBIC para a formação e o habitus de pesquisadora” da Universidade Federal de Sergipe, a autora ressalta a importância dos graduandos de licenciatura fazerem parte do PIBIC, para ter um professor pesquisador. Assim, além de estarem contribuindo para o desenvolvimento da ciência no país, formam professores qualificados para atuar na educação, e assim também os acadêmicos ganham maior credibilidade e oportunidade de ter uma carreira acadêmica.

Então, assim, a Bolsa Permanência com 12 horas de trabalho semanal acaba atrapalhando o acadêmico de conquistar seus objetivos dentro da universidade. Afinal, a dupla jornada de trabalho se torna um desafio para quem precisa trabalhar para sobreviver e ao mesmo tempo estudar. Os estudantes, além de não poderem trabalhar de carteira assinada para contar com a ajuda, também não podem ter vínculo empregatício, uma vez que a Bolsa Permanência acaba não sendo suficiente para viver com segurança alimentar e qualidade de vida.

“Merece ser problematizada a questão do acesso do estudante trabalhador ao ensino superior, pensando-se sobre a perspectiva de qual possibilidade de inclusão e vivência universitária lhes é permitida” (PEREIRA, 2018, p. 85). A autora do livro “Trabalhar e Estudar, eis a questão” traz a problemática das limitações dos estudantes que trabalham e não têm a mesma qualidade de ensino dos acadêmicos que podem se dedicar apenas à sua vida acadêmica. Apesar do programa ser uma bolsa, ainda sim é um trabalho, com lista de frequência e deveres cobrados. Em cada campus, há uma quantidade de bolsistas, como informa a tabela abaixo.

CAMPUS	QUANTIDADE
Açailândia	40
Caminhos do Sertão	3
Estreito	18
Imperatriz	139

Fonte: Pró-reitoria de Extensão da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (PROEXAE).

Os dados mostram que grande parte dos bolsistas reside na cidade de Imperatriz, cerca de 149 alunos. Açailândia é o segundo município com o maior número, depois vem a cidade de Estreito, e por último, o Caminho dos Sertões. No centro de Imperatriz, o curso com mais estudantes que fazem parte do Bolsa Permanência são os acadêmicos de Engenharia Agrônoma, com o total de 37 bolsistas. Em segundo lugar, com mais bolsistas, estão os cursos de Engenharia Florestal e Ciências Biológicas, com 22 alunos fazendo parte. Os alunos da área de licenciatura somados ultrapassam todos os outros cursos.

Os dados foram colhidos pela instituição, através dos editais e site oficial, como também foram fornecidos pela Proexae. O objetivo da pesquisa é fortalecer as políticas públicas de assistência estudantil nas Universidades públicas do Brasil a fim de democratizar o acesso aos cursos superiores. Outra assistência estudantil na UEMASUL são os auxílios: creche, moradia, alimentação, refeição e transporte.

Os auxílios destinados na alimentação dos alunos contribuem não somente para estudantes que precisam manter uma casa em outra cidade, mas também para os acadêmicos que passam o dia na Universidade, uma vez que nem todos os campi têm um restaurante popular. Tendo em vista que a alimentação é importante para os acadêmicos terem uma boa desenvoltura e manterem-se dedicando-se às atividades acadêmicas sem evasão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da História do Brasil, a educação foi deixada em segundo plano, assumindo uma posição de renome e privilégio social. Com a interferência do Estado e políticas públicas de redistribuição de renda na área da educação, esse fato veio diminuindo a desigualdade no Brasil. Através da assistência estudantil, a Universidade UEMASUL vem garantindo a permanência de estudantes menos desfavorecidos, com auxílios e bolsas que ajudam a evitar a evasão daqueles que precisam sobreviver enquanto cursam uma graduação. Fica evidente como a educação, para ser democratizada, precisa ser garantida de fato, não só com palavras, mas com ações diretas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Amanda Veloso. Sobreviver e/ou me graduar? os limites do Programa Auxílio Socioeconômico da Universidade de Brasília do ponto de vista de seus/suas beneficiários/as. 2015. xiii, 105 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BONETI, L. W. A gênese das políticas públicas: princípios e determinantes/Enfim, o que são as políticas públicas e quais são os seus objetivos hoje. In: _____. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 19-66 e 73-89.

BRASIL, CAPES. Documento de área – ensino. Brasília, 2019.

CRUZ, Vitória Nascimento da. A importância do PIBIC para a formação e o habitus de pesquisador. São Cristóvão, 2021. Monografia (Licenciada em Letras Português-Inglês) – Departamento de Letras Estrangeiras, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021. Disponível em : <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/16077>.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4,p.01- 13, Sem II. 2008.

FALEIROS, V. P. O que é política social. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

LEFEBVRE, Henri. O Marxismo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

NUNES, Cicera; SILVA, Livia Maria Nascimento. Acesso e permanência na educação superior x exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis. Direito. UnB, v. 4, n. 1, 2020.

PEREIRA, L.S. (2016). Trabalhar e Estudar, Eis a Questão: Os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores da Universidade Federal de Ouro Preto. (Dissertação de Mestrado em Educação). Mariana-Minas Gerais: Instituto de

Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em:
<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/8186>.

SIQUEIRA, Janes. Trabalhar para estudar/estudar para trabalhar: Realidade e Possibilidade. Revista Reflexão e ação, Santa Cruz do Sul. V.19. P.95-112, jan/jun. 2011. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/228487196>.

Decreto no 7234, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Legislação, Brasília, DF, junho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 de setembro de 2023.